

COMUNICADO TÉCNICO

Articulação Parlamentar

FIERGS CIERGS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Novos Projetos de Lei protocolados:

[Projeto de Lei nº 6/2021](#), de autoria da deputada Luciana Genro (PSOL), que “Proíbe a exploração e a produção de óleo e gás de xisto pelo método de fratura hidráulica (*fracking*) e dá outras providências”.

[Projeto de Lei nº 47/2021](#), de autoria do deputado Tenente-coronel Zucco (PSL), que “Impede no Estado do Rio Grande do Sul a decretação de fechamento de estabelecimentos comerciais, por decorrência da pandemia do Covid-19, sem reunião prévia com representantes dos empregadores e empregados”.

[Projeto de Lei nº 62/2021](#), de autoria da deputada Juliana Brizola (PDT), que “Proíbe que concessionárias de serviços de energia elétrica, gás, água e esgoto realizem o corte do fornecimento de serviços, especificamente enquanto durarem as medidas de isolamento social da pandemia do Coronavírus(Covid-19)”.

[Projeto de Lei nº 74/2021](#), de autoria do Poder Executivo, que “ Dispõe sobre o Fundo Operação Empresa do Estado Do Rio Grande do Sul – FUNDOPEM/RS, e sobre o Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul – INTEGRAR/RS”.

[Projeto de Lei nº 75/2021](#), de autoria do Poder Executivo, que “Fixa o limite global que poderá ser autorizado para a aplicação em projetos do Programa de Incentivo ao Esporte - PRÓ-ESPORTE/RS, do Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social - PRÓ-SOCIAL/RS e do Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais - PRÓ-CULTURA/RS para o exercício de 2021 e altera a Lei nº 13.924, de 17 de janeiro de 2012, que Institui o Sistema Estadual de Apoio e Incentivo a Políticas Estratégicas do Estado do Rio Grande do Sul - SISAPE/RS - e dá outras providências”.

[Projeto de Lei nº 76/2021](#), de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos financeiros às empresas que venham a se instalar ou ampliar suas atividades no Estado do Rio Grande do Sul, através da comercialização de bens imóveis no âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial – PROEDI, instituído pelo Decreto nº 32.666, de 27 de outubro de 1987, e dá outras providências”.

[Projeto de Lei nº 77/2021](#), de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 6.537, de 27 de fevereiro de 1973, que dispõe sobre o procedimento tributário administrativo e dá outras providências, e a Lei nº 8.820, de 27 de janeiro de 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação e dá outras providências”

[Projeto de Lei nº 78/2021](#), de autoria do Poder Executivo, que “Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura no Estado do Rio Grande do Sul”.

[Projeto de Lei nº 79/2021](#), de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a prestar contra garantia à União, relativamente a garantia a ser concedida por ela em operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e dá outras providências.

[Projeto de Lei nº 80/2021](#), de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a prestar contra garantia à União, relativamente a garantia a ser concedida por ela em operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e dá outras providências”.

[Projeto de Lei 81/2021](#), de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a exploração direta ou mediante concessão dos serviços locais de gás canalizado de que trata o art. 25, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estabelece os princípios, as diretrizes e as normas relativas ao referido serviço no Estado do Rio Grande do Sul e altera a Lei nº 8.109, de 19 de dezembro de 1985, que institui a Taxa de Serviços Diversos”.

*Os PLs 74 a 81/2021 tramitam em regime de urgência, passando a trancar a pauta das votações da Assembleia Legislativa em 8 de maio.

Fonte: Assembleia Legislativa